



REQUERIMENTO

O Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD), enquanto legítimo representante dos trabalhadores que prestam serviços de vigilância nos aeroportos geridos pela ANA SA, na Região Autónoma dos Açores, convocou uma greve para os dias 13 e 14 de Agosto de 2009.

A falta de entendimento entre a entidade patronal, a empresa ICTS - Portugal Consultadoria de Aviação Comercial SA e o STAD motivou que, por Despacho Conjunto das Senhoras Secretárias Regionais da Economia e do Trabalho e Solidariedade Social, datado de 11 de Agosto de 2009, o Governo fixasse critérios para os serviços mínimos que deveriam ser assegurados durante a mencionada greve.

Ora, afigura-se muito duvidosa a competência para a fixação destes serviços mínimos por parte dos mencionados membros do Governo, pois esta deveria ter sido remetida para um processo de arbitragem.

Por outro lado, a falta de definição concreta do número de trabalhadores necessários para os assegurar, remetendo para a "organização técnica do trabalho na empresa, com cumprimento das disposições sobre prestação de trabalho em condições normais", conforme consta no nº2 do referido Despacho Conjunto, constitui, objectivamente, uma tentativa de anulação administrativa da greve e constitui uma intromissão inaceitável do Governo num conflito laboral.

Além, a falta de responsabilidade e rigor na actuação do Governo nesta matéria resultou na tentativa de despedimento de dezotto trabalhadores que, com inteira legitimidade, se recusaram a cumprir serviços mínimos legalmente fixados pela administração da ICTS, em flagrante violação dos seus direitos constitucionalmente consagrados.



A Representação Parlamentar do PCP Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis solicita ao Governo a seguinte informação:

- Com que legitimidade jurídica interveio o Secretário Regional da Economia nesta matéria?
- Porque é que no Despacho Conjunto não foi levada em conta a necessidade de conciliar o direito à greve com os serviços mínimos indispensáveis, abrindo a porta à sua imposição unilateral por parte da Administração da empresa?
- Que diligências pretende o Governo tomar junto da Administração da IGTS e do STAD, no sentido de tentar reparar o erro cometido e de procurar a reintegração dos trabalhadores injustamente despedidos por exercerem um direito de cidadania fundamental?

Ponte Delgada, 19 de Novembro de 2008

O Deputado-Regional do PCP

António Pires

